ATA DA SESSÂO ORDINÁRIA DA SESSÃO LEGISLATIVA DE 2026

Aos **(03/11/2026)** três dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e seis, á hora regimental, no Plenário da Câmara municipal, nesta cidade de Guaraqueçaba, Estado do Paraná, realizou-se a Sessão Ordinária sob a Presidência do Vereador **Julhardy Costa De Arruda**, compareceram os Vereadores **Jefferson Luís Barboza Rosa, Alcendino Ferreira Barbosa, Edgard Mandira de Morais, Edvaldo Narciso Izabel, Elton Ambrósio Mendes, Ivan França e Joceni Roecker,** ata aprovada por unanimidade e havendo Quórum regimental para deliberação foi realizada a leitura do seguinte Expediente do Dia**:** Projeto de Lei Ordinária nº 050/2026, do Poder Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026 no valor de até R$ 122.767,00 (cento e vinte e dois mil, setecentos e sessenta e sete reais) para a Secretaria Municipal de Planejamento. Concluída a leitura das matérias, o Senhor Presidente declarou aberta a fase da PALAVRA LIVRE. Assumindo a tribuna, o Vereador Edgard Mandira de Morais cumprimentou a Mesa, os pares, os servidores e os presentes. Abordou a necessidade de transparência e prestação de contas sobre a participação dos parlamentares em cursos de capacitação em Curitiba, destacando o dever de prestar justificativas sobre a utilização de recursos públicos. Defendeu a implementação das emendas impositivas no âmbito do Poder Legislativo municipal, ressaltando o direito constitucional e legal respaldado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Sugeriu a alteração do Regimento Interno da Casa com o apoio da assessoria jurídica para destinar 1,55% da arrecadação corrente líquida do município às indicações parlamentares (estimadas em cerca de R$ 900.000,00 no total, correspondendo a aproximadamente R$ 59.000,00 por vereador), lembrando que 50% desse montante deve ser obrigatoriamente vinculado a investimentos na saúde pública municipal e o restante distribuído para demandas prioritárias da agricultura, trapiches, iluminação pública e infraestrutura das ilhas, sede e área rural. Na sequência, o Vereador Alcendino cumprimentou os vereadores, visitantes e cidadãos que acompanhavam a transmissão. Solicitou a inclusão em pauta do Projeto de Lei do Legislativo nº 010/2026 (de sua autoria), que trata da transparência e controle de intervenções ambientais no território municipal. Em relação ao Projeto de Lei nº 050/2026 (suplementação de R$ 122.767,00 para a Secretaria de Planejamento), requereu formalmente que o setor de planejamento informe detalhadamente quais projetos executivos, levantamentos topográficos, memórias orçamentárias e georreferenciamentos de obras serão contemplados com a contratação de profissionais técnicos, considerando os cortes orçamentários recentes de obras para cobrir a folha de pagamento. Voltou a denunciar a falta de profissionais farmacêuticos nas Unidades Básicas de Saúde da Sede, de Tagaçaba e de Superagui, relatando a impossibilidade de entrega de medicamentos controlados (tarja preta e vermelha) e insumos básicos. Registrou que precisou intervir com o Prefeito Municipal para viabilizar por empréstimo intermunicipal insulina do tipo 2 para uma munícipe. Criticou a defasagem salarial e os atrasos no pagamento a empresas terceirizadas prestadoras de serviço (como a responsável pelo serviço de roçada), o desfalque de médicos nas comunidades (demissão de profissionais em Tagaçaba e na Sede), o atraso no repasse dos salários à associação de catadores de materiais recicláveis, a suspensão do transporte escolar terrestre por falta de manutenção em oficinas credenciadas e o descontrole orçamentário que sobrecarrega os próprios servidores municipais. Recomendou que a gestão celebre contrato emergencial por 90 dias com reajuste salarial para atrair e fixar farmacêuticos. Prosseguindo na Palavra Livre, o Vereador Edvaldo Narciso Izabel cumprimentou a Mesa, os pares e a população. Apresentou três indicações verbais: a primeira solicitando reformas e pintura no Posto de Saúde de Serra Negra, além da aquisição de computador, balança de pesagem de pacientes e disponibilização de um veículo de apoio fixo para transporte dos profissionais de saúde nas quartas-feiras de atendimento; a segunda requerendo manutenção urgente nas estradas vicinais rurais das comunidades de Morato, Ipanema, Tagaçaba, Potinga; e a terceira sugerindo que a Secretaria Municipal de Obras elabore e divulgue um cronograma

oficial e transparente de trabalho para atendimento equilibrado das comunidades. Em aparte, o Vereador Alcendino recomendou ao Vereador Edvaldo que verifique junto ao setor de planejamento a situação das resoluções de 2024 da Secretaria de Estado da Saúde (SESA), que contemplam indicações de veículos para o município e dependem de procedimentos licitatórios. Não havendo mais oradores inscritos, o Senhor Presidente declarou encerrada a Palavra Livre e passou à fase da ORDEM DO DIA. O Senhor Presidente incluiu na pauta o Projeto de Lei nº 010/2026, as indicações verbais do Vereador Edvaldo Narciso Izabel e o Requerimento nº 010/2026. Colocadas em votação, as três indicações verbais do Vereador Edvaldo Narciso Izabel foram APROVADAS POR UNANIMIDADE com os votos favoráveis dos Vereadores Joceni Roecker, Alcendino Ferreira Barboza, Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Morais, Edvaldo Narciso Izabel, Elton Ambrósio Mendes e Ivan França. Na sequência, o Parecer Favorável da Comissão Permanente ao Projeto de Lei nº 010/2026 foi APROVADO POR UNANIMIDADE. Colocado em votação quanto ao mérito em turno único, o Projeto de Lei nº 010/2026 foi APROVADO POR UNANIMIDADE com os votos favoráveis dos parlamentares presentes. Na sequência, a pedido do Presidente, o Primeiro-Secretário efetuou a leitura do Requerimento nº 010/2026, de autoria dos Vereadores Alcendino Ferreira Barboza e Samuel do Carmo, fundamentado no artigo 49 do Regimento Interno, que solicita a constituição de Comissão Especial de Fiscalização temporária para acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações municipais de prevenção, mitigação, preparação e resposta a desastres ambientais no âmbito da Defesa Civil e dos programas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) e do Ministério Público. Após rápida suspensão regimental de cinco minutos para alinhamento entre as bancadas, a sessão foi reaberta e o Requerimento nº 010/2026 foi colocado em votação, sendo APROVADO POR UNANIMIDADE com os votos favoráveis dos Vereadores Joceni Roecker, Jefferson Luís Barboza Rosa, Edgard Mandira de Morais, Edvaldo Narciso Izabel, Elton Ambrósio Mendes e Ivan França. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão. Nada mais a tratar, eu Vereador Jefferson Luis Barboza Rosa, lavrei a presente ata, que estando em conformidade com os demais, será assinada.

_____	_____	_____
Edgard Mandria de Morais Vice-Presidente	Julhardy Costa De Arruda Presidente	Jefferson Luís Barboza Rosa Primeiro Secretário
_____	_____	_____
Alcendino Ferreira Barbosa Segundo Secretário	Edvaldo Narciso Izabel	Elton Ambrósio Mendes
_____	_____	_____
Ivan França	Samuel do Carmo	Joceni Roecker